



Apesar da crise, vigilantes do Maranhão garantem reposição da inflação



Após três rodadas de negociação e três assembleias, vigilantes do Maranhão aprovaram reajuste do INPC para todas as cláusulas financeiras da CCT

Os vigilantes do Maranhão conseguiram garantir a reposição da inflação em todas as cláusulas financeiras da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2017. A última rodada de negociação entre o Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindvig-MA) e os empresários ocorreu nesta segunda-feira (30), quando ficou acordado que a CCT seria assinada assim que o INPC acumulado nos últimos 12 meses fosse divulgado. A CCT terá validade de 1º de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2018.

Também ficou acertado que o valor

mínimo do vale alimentação será de R\$ 16 e que não haverá mudança nas demais cláusulas da convenção vigente.

Segundo o vice-presidente da entidade, Daniel Pavão, a negociação não foi diferente das outras do país. “Estamos passando por uma crise difícil, então diante disso, ainda conseguimos o INPC. Temos projetos de lei que certamente trarão benefícios para a categoria. Estamos na luta para vencer essa fase difícil que toma conta de todo o país”, avaliou.

Fonte: CNTV

No segundo dia de paralisação, vigilantes de Alagoas conseguem reabrir processo de negociação



Pouco mais de três horas de paralisação foram suficientes para conseguir o compromisso de negociar a data-base dos vigilantes de Alagoas. Caso acordo não seja cumprido, paralisações serão retomadas amanhã.

A mobilização dos vigilantes de Alagoas sob a liderança do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas (Sindvigilantes-AL) surtiu efeito já em seu segundo dia. Durante a paralisação desta terça-feira (31) com os trabalhadores da Scoltt que prestam serviço para a Coca-Cola, o dono da empresa entrou em contato com o Sindicato e se comprometeu a abrir as negociações.

Segundo o presidente do Sindvigilantes-AL e secretário de Transporte de Valores da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cícero Ferreira, a paralisação iniciou às 6h e seguiu até 9h30. “Em pouco tempo já conseguimos o compromisso de negociar nossa data-base. O dono da empresa ficou de ligar

novamente por volta de 14h para informar o local da reunião. Com isso, reabrimos os portões e suspendemos a paralisação”, conta.

Agora, a expectativa é que os próprios empresários negociem com o Sindicato, e não os advogados, como estava sendo feito. “Caso as negociações não avancem, vamos continuar as paralisações até sexta conforme foi aprovado em assembleia. Hoje já temos resultados dessas duas paralisações e não vamos medir esforços para garantir uma negociação justa da nossa data-base”, afirmou Ferreira.

Fonte: CNTV

Polícia prende grupo especializado em roubo a lotéricas

Os suspeitos agiam em Goiás e no Distrito Federal. Em um dos crimes, em Goiânia (GO), eles conseguiram roubar R\$ 100 mil



Um fuzil, colete balístico, pistola e dois revólveres foram encontrados no local

Policiais militares prenderam integrantes de um grupo especializado em roubar lotéricas no DF e em Goiás. A abordagem ocorreu na noite desta segunda-feira (30/1), por volta de 22h40, no condomínio Cidade Jardins, em Valparaíso (GO).

Os militares receberam informações de moradores do local, que os criminosos estariam realizando uma festa e utilizando drogas. No momento em que a polícia chegou, dois homens e uma mulher correram para dentro do apartamento. A suspeita conseguiu fugir, porém foi detida em Santa Maria, através de denúncia de moradores que viram ela pegando um táxi para fugir.

Na residência, os policiais encontraram um fuzil,

um colete balístico, uma pistola e dois revólveres. Na casa da mãe de um dos suspeitos, em Ceilândia, ainda foi localizada outra arma de fogo.

Os bandidos confessaram que o armamento era utilizado em roubos a lotéricas. Em um dos crimes, em Goiânia (GO), eles conseguiram roubar R\$ 100 mil. O material apreendido e os suspeitos seguiram para a 2ª Delegacia de Polícia do Valparaíso.

Fonte: Correio Braziliense

Preso suspeito de assaltar carros-fortes presta concurso para PM

O homem, preso no Piauí, foi liberado pela Justiça para fazer a prova de um concurso público no Maranhão que seleciona futuros policiais militares.



Luís Carlos Nogueira foi reprovado nos testes de aptidão física.

Um homem, que está preso no Piauí, foi liberado pela Justiça para fazer a prova de um concurso público no Maranhão. Mas não é um concurso qualquer. É o que seleciona futuros policiais militares.

A calça comprida escondeu a tornozeleira eletrônica usada pelo detento Luís Carlos Rodrigues de Oliveira, que chegou sem escolta para fazer o teste físico do concurso da Polícia Militar do Maranhão. Ele foi preso em dezembro em Teresina, suspeito de participar de dois assaltos a carros-fortes no Maranhão e no Piauí. Segundo as investigações, teriam sido roubados R\$ 1,5 milhão.

De acordo com a polícia, houve troca de tiros no dia da prisão. Dois suspeitos foram mortos.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

Com o grupo foi encontrado um arsenal com armamento de grosso calibre e até dinamite. Luís Carlos e outro suspeito foram presos.

Na decisão, o juiz piauiense Lirton Nogueira Santos autoriza a saída temporária de Luís Carlos da prisão porque o denunciado tem um filho de 11 anos e uma esposa acometida por uma grave enfermidade. Nos testes de aptidão física o detento teve um desempenho ruim em todas as etapas.

Luís Carlos Nogueira foi reprovado. Ele disse que o fato de estar preso e de não ter como treinar atrapalhou o desempenho nos testes. Ele disse ainda que irá provar que é inocente e que esperará o próximo concurso para tentar de novo ingressar na Polícia Militar.

A decisão judicial que autorizou a saída do preso para participar do concurso da PM surpreendeu até a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, que defende a re-socialização de detentos, mas não dentro de uma instituição como a Polícia Militar. A Associação dos Policiais Militares de São Luís também se manifestou contrária à participação de um detento no concurso.

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão declarou que respeita e cumpre decisões judiciais. A fundação responsável pela seleção disse que o concurso tem uma etapa de investigação social, feita pela Polícia Militar, na qual todos os candidatos devem comprovar que não têm antecedentes criminais.

Fonte: G1

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF